

Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006)

DIVA DO COUTO GONTIJO MUNIZ

*Professora do Departamento de História da
Universidade de Brasília.*

ERIC DE SALES

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade de Brasília.*

Dois recortes cronológicos – 1976 e 2006 – intencionalmente destacados para significar dois momentos da história do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília/PPGHIS/UnB: o da sua criação e o da celebração de seus trinta anos de funcionamento. Após três décadas de existência, o programa, em sua configuração atual, instiga-nos a pensar sua historicidade, a conhecer sua história, via análise de sua produção. Historicizar sua gênese e seu percurso como exigência e caminho de acesso àquele conhecimento demandou o exercício de identificação e o exame crítico de sua produção, de reflexão sobre a cultura historiográfica ali engendrada. Além disso, não há como desconhecer que o investimento no ato comemorativo é ritualização que permite acionar, “para os que vivem no presente, um passado a ser permanentemente recordado como forma de manutenção simbólica dos importantes laços de pertencimento coletivo”.¹

Refletir sobre a cultura historiográfica do programa, no período de 1976 – 2006, é condição de possibilidade de acesso a sua historicidade, subsumida nos modelos, regras, técnicas e relações de poder que informam as práticas de pesquisa e de escrita da história naqueles espaço e temporalidade.

Trata-se de operação que incluiu o mapeamento e o exame crítico das dissertações e teses ali produzidas, porquanto entendemos que a produção acadêmica compreende

“um campo particular da historiografia à medida que cria seus próprios padrões temáticos, discursivos, teóricos, metodológicos e críticos. Encontra-se respaldada em instituições reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como detentoras de poder, tendo assim as universidades conquistado hegemonia, embora não exclusividade, como lugar de produção do conhecimento histórico.”²²

TEMPO DE CELEBRAÇÃO E DE EXIGÊNCIA DE CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA

Pensar o PPGHIS/UnB como “lugar de produção do conhecimento” é exigência colocada pelo campo historiográfico e exercício indispensável aos do ofício, pois nos permite ampliar o conhecimento acerca do que produzimos e do nosso próprio espaço de atuação. Trata-se de ampliação que se inscreve em outra, a do conhecimento da historiografia brasileira, considerando-se que há nessa, em seu interior, uma cultura acadêmica, intrinsecamente solidária às suas regras e modelos. Estes são interpelados no diálogo que se estabelece com os conceitos, pressupostos e metodologias compartilhados pela comunidade de historiadores, nacionais e internacionais. Como qualquer produção discursiva, tal cultura é constituída à luz das regras e constrangimentos, das relações de poder, das disputas políticas e ideológicas, dentro e fora da academia, que são as condições históricas que possibilitam a ela tornar-se visível e dizível, isto é, inteligível. Como percucientemente avalia Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

“O campo historiográfico, como qualquer campo científico, é regido por regras que são definidas pelo conjunto das instituições e dos profissionais da área. Existem leis de grupo, regras definindo o que pode e o que não pode ser aceito como verdade, em cada momento histórico. O saber histórico não é relativista, ele é relativo às suas regras de produção. O saber histórico não é arbitrário, mas arbitrado pelos pares, como diz Michel de Certeau.”²³

O saber histórico não é arbitrário e não se define, como outros, nem pelo seu objeto, no sentido estrito, nem por procedimentos internos mais rigorosos, como, por exemplo, os das ciências exatas. Como assinala Ângela

Castro Gomes, a singularidade da história e do trabalho do historiador não está no uso fiel de conceitos e princípios de outros campos de conhecimento, mas justamente nos “encontros” que promove com outras disciplinas, com seu objeto de estudo e os conceitos escolhidos, sob o signo da temporalidade.⁴

Não obstante o consenso entre os historiadores quanto à necessidade e importância do exame crítico da historiografia como modo de apreender sua historicidade, a crítica historiográfica no Brasil, como campo especializado, ainda está se constituindo, é tradição que está sendo engendrada. À falta de uma prática acadêmica de debate historiográfico, a análise crítica da historiografia ainda se apresenta

“muito marcada pelo personalismo, uma marca da própria sociedade brasileira, pelo ataque muito mais pessoal aos autores, do que como um debate no campo das idéias. No Brasil, é comum que os debates acadêmicos logo se transformem em afrontamento pessoal, onde se procura a desqualificação do litigante e não a discussão de sua produção, das regras que presidiram o seu discurso”⁵.

Trata-se de marca de nossa cultura acadêmica, ainda perpassada pela lógica personalista que informa o ordenamento da sociedade brasileira, fortemente vinculada pelas relações pessoais. Sob aquela perspectiva, exclui-se a possibilidade do diferente, do múltiplo, do pressuposto de que a “riqueza de qualquer campo do conhecimento são a existência e a convivência agônica de múltiplas pressões”⁶.

Recusar esse caminho, essa via cimentada na hipótese de que para afirmar a autoridade de quem fala é necessário desqualificar a fala de quem possui uma posição diferente, é exigência que se coloca a todos nós, historiadores e historiadoras. Se entendemos que a crítica historiográfica é crucial para se conhecer a história da história, para aprofundar o conhecimento histórico, tal recusa se impõe. Avaliar criticamente a produção historiográfica com o fim de historicizá-la e, nesse movimento, buscar a ampliação de nosso repertório para refletir sobre nosso ofício e sobre a própria operação histórica, parecem ser um caminho promissor para a construção de outra tradição de debate acadêmico.

A crítica historiográfica praticada noutros termos, centrada no modo substantivo e não adjetivo, permite buscar no discurso a lógica interna de sua construção, bem como perceber a correlação de forças em disputa pelo controle do campo do significado social. Nesse sentido, é exigência colocada

pelo próprio conhecimento histórico, considerando-se que este também é, e ao mesmo tempo, e de certa maneira, história da historiografia, história da história⁷. Como sublinha Arno Wehling⁸, a identificação dos conceitos e categorias que o exame crítico da historiografia permite e exige pode enriquecer a compreensão do papel desempenhado pelo conhecimento histórico em diferentes culturas e ajudar no aprofundamento da questão do significado da historicidade e da temporalidade nas sociedades.

Finalmente, e não menos importante, se atentamos para os usos e sentidos da história, para a produção do conhecimento histórico em diferentes espacialidades e temporalidades, para a relação ativa entre passado e presente, aquele deverá ser instrumento não apenas de compreensão, mas também de atuação em nosso tempo. Se o passado conta é pelo que ele significa para nós, como nos ensina Chesneaux⁹, então o saber histórico nos deverá ajudar a compreender melhor a sociedade em que vivemos – múltipla, diversa, complexa e desigual – e a nos posicionar quanto ao que defender e preservar e também ao que combater e mudar.

TEMPO DE CRIAÇÃO E DE DEFINIÇÃO

Por compartilhar tais idéias é que empreendemos o projeto de exame crítico da produção acadêmica do PPGHIS/UnB. Ele foi estruturado para ser desenvolvido a partir de dois movimentos e momentos intrinsecamente articulados: nos primeiros, o esforço em realizar o mapeamento dessa produção, em traçar um esboço da cartografia do programa em seus trinta anos de existência, fazendo uso de uma abordagem mais quantitativa do que qualitativa, porém sem exclusão dessa. Nos segundos, o aprofundamento da pesquisa, com a análise crítica dos modelos, regras e relações de poder que presidiram a elaboração das teses e dissertações produzidas no referido espaço acadêmico.

Iniciado em 2006, o projeto encontra-se em fase de conclusão, sendo as reflexões primeiras consideradas no presente artigo. O banco de dados utilizado para análise foi construído graças ao trabalho de pesquisa realizado por alunos da graduação, do curso Historiografia do Brasil, oferecido no 1º semestre de 2006.¹⁰

No levantamento de dados sobre a produção do programa foram identificados alguns aspectos e dimensões explicitados nas teses e dissertações - autor/a, orientador/a, data, título, linha de pesquisa, área de concentração, objeto, recortes temático, temporal e espacial, bibliografia e fontes – e ainda aqueles menos visíveis, subsumidos nos discursos, referenciando as reflexões do/a autor/a, o seu modo de pensar e significar o passado e de escrever a história. Estamos nos referindo ao quadro teórico-metodológico, aos modelos e regras que informam a escrita da história, essa “operação cognitiva que torna visível e dizível a experiência temporal”.¹¹

O conjunto da produção do PPGHIS/UnB, no período de 1976 a 2006, compreende um total de 237 dissertações de mestrado e 78 teses de doutorado, assim distribuídas:

Quadro 01

| Programa de Pós-Graduação em História/UnB Quantitativo de Dissertações e Teses 1976 – 2006 | | |
|---|---------------------|--------------|
| Ano/período | Dissertações | Teses |
| 1976-77 | 00 | 00 |
| 1978-80 | 11 | 00 |
| 1981-83 | 11 | 00 |
| 1984-86 | 11 | 00 |
| 1987-89 | 17 | 00 |
| 1990-92 | 19 | 00 |
| 1993-94 | 18 | 00 |
| 1995-96 | 21 | 00 |
| 1997-99 | 24 | 06 |
| 2000-01 | 24 | 22 |
| 2002 | 20 | 09 |
| 2003 | 11 | 05 |
| 2004 | 09 | 10 |
| 2005 | 20 | 11 |
| 2006 | 30 | 15 |
| Total | 237 | 78 |
| Total Geral | 315 | |

Fonte: As dissertações e teses do PPGHIS/UnB no período de 1976 a 2006¹².

Observa-se, no quadro, a visível desproporção entre o quantitativo de teses e o de dissertações. Tal assimetria deve ser creditada a prazos desiguais quanto ao cumprimento do programa de doutorado (máximo de 10 semestres letivos) e o do mestrado (máximo de 05 semestres letivos), bem como a cronogramas diferenciados de criação e implementação dos mesmos: 1993/94 e 1975/76, respectivamente. Percebe-se, ainda, a ocorrência de períodos com maior número de produção de teses e dissertações - 1997 a 2001 e 2005/2006, excetuando-se 2002, ano em que foram incluídas 14 (quatorze) dissertações concernentes ao mestrado institucional, desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado de Goiás/UEG. São expressões numéricas carregadas de historicidade, porquanto localizadas no contexto das profundas mudanças operadas no campo disciplinar e de duas reestruturações realizadas no programa. Traduzem, assim, os redirecionamentos teórico-metodológicos, epistemológicos, institucionais e políticos imprimidos ao PPGHIS a partir de 1993 e de 2003.

Com efeito, as redefinições postuladas para o programa naqueles momentos específicos reclamaram sua reestruturação, de modo a atender às demandas existentes, internas e externas. Por um lado, as mudanças propostas vinham ao encontro das exigências colocadas pela disciplina História e pelo conhecimento histórico, muitas delas já abrangidas nas pesquisas e orientações praticadas naquele espaço acadêmico. Por outro, elas traduziam as reorientações imprimidas no programa em função da diversidade de seu corpo docente, doutores formados em diferentes instituições, das diretrizes governamentais, das normas e recomendações institucionais, dos interesses dos docentes e discentes, das necessidades do mercado, dentre outras.

Trata-se de processo de mudança de rumos que não exclui algumas permanências. Uma delas, a persistência da História Política, marca da vocação primeira do programa, evidenciada em um número significativo de trabalhos, seja como objeto de estudo, seja como perspectiva, seja como método de análise. Tal traço representa, sem dúvida, um dos efeitos do desdobramento de suas duas primeiras áreas de concentração – História Político-administrativa e História das Relações Exteriores do Brasil –, criadas em consonância com o objetivo institucional de “capacitar pessoal para atender às necessidades do país, cuja história político-administrativa ainda estava por ser feita em quase toda sua totalidade”.¹³ Como avalia Saraiva, desde sua criação, já se encontrava delineada a vocação para o desenvolvimento de área de pesquisa avançada em História Política, porquanto se pretendia

“associar a saga da construção de Brasília e da transferência da capital para o Planalto ao desenvolvimento da pesquisa histórica sobre o governo, a construção das instituições políticas, os movimentos políticos e sociais, a política exterior do Brasil e as relações internacionais”¹⁴

A associação entre a celebração de uma saga e a pesquisa histórica remete-nos à reflexão de Manoel Luiz Salgado Guimarães acerca dos usos e sentidos da disciplina História, das profundas relações entre esta e a vida social. Ao refletir sobre os significados políticos, concebidos no sentido amplo, de certos usos da disciplina, como o da organização intelectual da memória afetiva do passado, o autor ressalta que

“os atos comemorativos tendem a inscrever as construções humanas num tempo mítico, apagando desta forma os traços e vestígios que ancoram estas construções num tempo social e cultural. Refazer esta gênese e este percurso impõem-se como condição para devolvermos ao homem sua historicidade”¹⁵.

Interrogar acerca da gênese e percurso da produção do PPGHIS/UnB é exercício que nos leva a pensar as relações implicadas entre a escrita de história e o tempo social e cultural que a ancora. Assim, não há como não associar à vocação primeira do programa, marcas do legado da cultura historiográfica oitocentista e seu investimento na construção da nação e da nacionalidade brasileiras. Uma concepção e uma prática de escrita da história centradas na tarefa de legitimar, em nome da ciência, o projeto de construção nacional e de internalização da monarquia. Ancorada no pressuposto dos pilares seguros de uma ciência objetiva, a história se estabelecia como disciplina, como estatuto de inteligibilidade socialmente reconhecido tanto por certos princípios definidos como científicos, e por isso objetivos em sua capacidade de tratar o passado do País, como pelo lugar institucional de sua produção, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, a historiografia produzida sob sua égide torna-se “matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade”¹⁶ e, como tal, foi referência da História Política e Administrativa praticada no campo historiográfico brasileiro até 1930, com ressonâncias até os dias atuais.

Os desdobramentos dessa forte tradição historiográfica ainda reverberam, haja vista os objetivos da criação do PPGHIS/UnB, a definição

de suas duas primeiras áreas de concentração e a permanência da História Política, observada em parte de sua produção acadêmica. Trata-se de persistência visualizada até 2006, com presença significativa entre 1978 e 1997, explicitada nas dissertações e teses de suas duas primeiras áreas de concentração e da LP História das Relações Internacionais. Encontra-se também abrigada em muitas das teses e dissertações inscritas nos quadros nocionais da História Social e das Idéias, História Social e História Cultural, ora com seus contornos tradicionais, ora tratada como cultura política, repensada tanto em suas articulações com as práticas e representações culturais como com os processos e ações dos grupos sociais, com a pluralidade das experiências históricas. A expressão quantitativa de tal predomínio, no período 1978-1997, pode ser evidenciada no quadro a seguir:

Quadro 02

| Programa de Pós-Graduação em História/UnB Produção acadêmica por Área de Concentração 1978 – 1997 | | |
|--|---|--|
| Ano | AC História Política do Brasil | AC História das Relações Exteriores do Brasil |
| 1978 | 01 | 01 |
| 1979 | 02 | 04 |
| 1980 | 03 | 00 |
| 1981 | 01 | 00 |
| 1982 | 05 | 01 |
| 1983 | 02 | 02 |
| 1984 | 00 | 02 |
| 1985 | 01 | 02 |
| 1986 | 02 | 04 |
| 1987 | 05 | 00 |
| 1988 | 06 | 02 |
| 1989 | 02 | 02 |
| 1990 | 04 | 03 |
| 1991 | 02 | 01 |
| 1992 | 06 | 03 |
| 1993 | 05 | 05 |
| 1994 | 04 | 01 |
| 1995 | 07 | 01 |
| 1996 | 04 | 01 |
| 1997 | 01 | 00 |
| Total | 63 | 38 |
| Total Geral | 101 dissertações | |

Fonte: As dissertações e teses do PPGHIS/UnB no período de 1978 a 1997¹⁷.

História das Relações Exteriores do Brasil, com produção quantitativamente inferior, é a área de concentração que se consolida como especialidade, que responde pelos contornos da referida vocação. Com efeito, compreende um programa de ensino e pesquisa vincado pela preocupação com a estrita definição do objeto de estudo, dos métodos e perspectivas de análise. As dissertações e teses inscritas nessa área apresentam o traço comum de “continuidade e coerência”¹⁸, no que concerne ao aporte teórico e metodológico que informa as análises sobre relações exteriores do Brasil. Como assinala Saraiva, ao avaliar o desempenho das duas áreas:

“A segunda área, especialmente, adquiriu extrema solidez e manteve constante atualização. Liderada por Amado Luiz Cervo, esta área foi a única a continuar no Brasil os desenvolvimentos dos historiadores das relações internacionais que haviam construído objeto específico de estudos desde os anos trinta”¹⁹.

Percurso contrário conheceu História Política do Brasil. Essa área, ao invés de precisar seus contornos, expandiu-os, em visível movimento de ampliação de temas e objetos, bem como de perspectivas teóricas e metodológicas. A imprecisão de suas fronteiras acompanhou o movimento de profunda mutação operado na disciplina História, com sua virada para a ênfase no texto e na linguagem, o “linguistic turn”, e com as abordagens pós-modernas e suas críticas ao sujeito e à lógica das identidades. Trata-se de virada que a partir da segunda metade do século XX marcou o debate historiográfico e as reflexões sobre o estatuto de inteligibilidade da História, coagida pelo falso dilema quanto a uma definição precisa entre ser ficção ou ser ciência e colocada sob suspeita quanto à empresa de reconstrução do passado.

TEMPO DE REESTRUTURAÇÃO E DE PLURALIZAÇÃO

Os redirecionamentos e redefinições processados no campo da história com a ampliação de fontes, conceitos, objetos, problemas e abordagens explicitam-se na produção acadêmica do PPGHIS, a partir do final dos anos 1980. São dissertações ainda formalmente abrigadas, e percebidas por muitos da comunidade como mal abrigadas, na AC História Política do Brasil. Tal identificação ocorrera porque, não obstante considerar o recorte político, sua

centralidade fora deslocada e compartilhada com a História Social, das Idéias e Cultural. O alargamento era visto menos como revigoração e mais como diluição e perda de identidade como área de especialização. Nessa leitura, a História Política tornara-se desfigurada, imprecisa e descaracterizada porque sintonizada com a ampliação do conceito de política e com os incontornáveis diálogos com outros campos disciplinares, bem como com áreas/sub-áreas do campo disciplinar da História.

O alargamento operado inscreve-se no movimento maior de mutação, de crítica externa e interna, de releitura dos fundamentos epistemológicos, vivido pela disciplina no contexto da referida virada, da proclamada “crise da história”. Segundo avaliação de Fico, são mudanças que respondem pela “diluição das abordagens metodológicas estritas”, pelo “declínio” da “preocupação teórica com a estrita definição do objeto de estudo de uma dada especialidade”, pelo “enterro das teorias sociais globais”²⁰. São redirecionamentos e redefinições já sinalizados nos anos 1980 e tornados mais visíveis nos anos 1990 na produção acadêmica brasileira em geral²¹ e na do PPGHIS/UnB em particular.

São mudanças que finalmente exigiram a reestruturação daquele espaço institucional de modo a acolher práticas de ensino e de pesquisa que não mais cabiam naquela área, tal como tradicionalmente concebida. Elas atendiam, ainda, aos “desafios da formação do historiador dos anos noventa”²². Assim, entre 1992 e 1993 foi realizada a primeira reformulação do PPGHIS/UnB, com a criação de três linhas de pesquisa: História das Relações Internacionais, História Social e das Idéias e História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. Além disso, foi também criado, em 1993/1994, o programa de doutorado nessas referidas linhas de pesquisa, projetado como “peça chave no processo de consolidação do programa”²³.

A modernização e a flexibilização da estrutura organizacional do programa, com a substituição do modelo estático das áreas de concentração pelo das linhas de pesquisa, permitiriam, na concepção da época, a “maior abertura de horizontes e a integração com as áreas filosóficas, antropológicas, sociológicas e das relações internacionais”²⁴. Permitiriam, ainda, manter a tradição disciplinar e, ao mesmo tempo, abrigar a interdisciplinaridade, direção tomada pelos estudos históricos naquele momento e contexto.

Acrescente-se, finalmente, que a reestruturação feita atendia a exigências da CAPES de revisão e readequação do PPGHIS/UnB ao modelo de

programa de pós-graduação que estava sendo implementado no país nos anos 1990. Modelo, esse, cujo desenho evidenciava o propósito governamental em assegurar maior flexibilidade, organicidade e dinamicidade aos programas de capacitação de mestres e doutores. Tal propósito incluía outro, o de agilizar a formação de tais quadros para atuar no ensino superior cuja crescente expansão vinculava-se às políticas governamentais de incentivo e apoio à ampliação da rede privada de instituições de ensino superior.

As linhas de pesquisa criadas indicam a consonância do programa com esse modelo educacional, bem como com a dinâmica dos cursos de pós-graduação do País. Indicam, igualmente, os novos rumos dos estudos históricos, incorporados nas práticas de pesquisa e de orientação efetivadas no PPGHIS/UnB. Com efeito, como se pode observar no quadro 03, ocorre no período de 1995-2006 um aumento significativo na capacitação de doutores – 60 (sessenta) – e de mestres – 104 (cento e quatro) –, cuja titulação corresponde ao número de dissertações e teses defendidas nas três novas linhas de pesquisa:

Quadro 03

| Programa de Pós-Graduação em História/UnB Produção acadêmica por Linha de Pesquisa 1995 – 2006 | | | | | | |
|---|-------------------------------------|-----------|---|-----------|---|-----------|
| Ano | História Social e das Idéias | | História das relações Internacionais | | História: Discurso. Imaginário e Cotidiano | |
| | M | D | M | D | M | D |
| 1995 | 01 | - | - | - | 01 | - |
| 1996 | 04 | - | - | - | 02 | - |
| 1997-1999 | 06 | 02 | 13 | - | 05 | 04 |
| 2000-01 | 11 | 06 | 08 | 09 | 05 | 07 |
| 2002 | 12 | 05 | 04 | 02 | 04 | 02 |
| 2003 | 16 | 02 | 03 | 02 | 02 | 01 |
| 2004 | 03 | 04 | - | - | 03 | 06 |
| 2005 | - | - | - | 01 | 01 | 02 |
| 2006 | - | 01 | - | 01 | - | 03 |
| Total por área/titulação | 53 | 20 | 28 | 15 | 23 | 25 |
| Subtotal | 73 | | 43 | | 48 | |
| Total geral | 104 dissertações e 60 teses | | | | | |

Fonte: As dissertações e teses do PPGHIS/UnB no período de 1995 a 2006²⁵.

A superioridade numérica da produção da LP História Social e das Idéias – 53 dissertações e 20 teses – aponta para reorientações processadas no campo da História Social, bem como para redefinições e permanências do político. Observa-se, nessa produção, a abertura evidenciada na historiografia social brasileira para métodos diferentes de leitura das experiências históricas, percebidas em sua complexidade, diversidade e pluralidade. Como bem atenta Maria Odila Leite da Silva Dias, trata-se de abertura ideológica e metodológica mediante a qual os historiadores procuraram

“no seu *métier* armar-se de métodos diferentes de abordagens para aceitar uma pluralidade de experiências históricas, sem lhes atribuir aspectos de desintegração, de inerente desordem ou anomia. Documentar experiências diversas de vida, aceitar conjunturas sociais fragmentadas que desafiam globalidades tidas como certas, racionais, coerentes com sistemas ideológicos predefinidos, (...) ainda faz parte da construção por conceitos como o do social por oposição ao político ou ao nacional. Interpretar o social implica passar pelo crivo de redefinição da cidadania política”²⁶.

A abordagem da política, por oposição ao social ou com ele articulada, não desapareceu das reflexões que iluminam as pesquisas desenvolvidas no PPGHIS/UnB. Associada à dimensão mais factual e descritiva da história, ou aos diálogos mais ou menos aproximados com a História Social, das Idéias e Cultural, evidencia-se sua permanência nas dissertações e teses do programa. Tal persistência remete-nos à tradição primeira da cultura historiográfica brasileira e sua ênfase no político, haja vista a vocação inicialmente pensada para o PPGHIS/UnB.

Tal presença é um dos traços comuns do percurso da área no campo historiográfico brasileiro. Para Carlos Fico, a permanência de temas histórico-políticos, enfim, a persistência da História Política, estaria relacionada à “História Regional”, que ele define como “expressão pela qual se convencionou chamar o grande número de trabalhos localistas ou ‘paroquialistas’ produzidos a partir do desenvolvimento da pós-graduação brasileira, desde os anos 1970”²⁷. Simplificação à parte, não resta dúvida de que nos grandes centros, e para além deles, a temática regional e local constitui uma “reserva de mercado” historiográfico e uma espécie de refúgio para a História Política.

No caso da produção do PPGHIS/UnB, aquela encontra-se igualmente abrigada nos temas histórico-políticos, trabalhados sob lógica regional ou

local, independente da linha de pesquisa/área de concentração em que se inscrevem. Cidades ou regiões – Brasília, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e o Centro-Oeste – constituem os recortes espaciais que se destacam no conjunto dos “Estudos Regionais” produzidos no programa. São estudos monográficos, verticais, localizados, em que se evidencia a permanência do político, seja em sua acepção tradicional, seja como cultura política.

A leitura do mundo como representação preside e aglutina os trabalhos realizados na LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. Embora emergente em relação à LP História das Relações Internacionais, criada em continuidade à AC História das Relações Exteriores do Brasil, sua produção supera, em números, aquela: respectivamente, 48 (quarenta e oito) e 43 (quarenta e três) dissertações e teses. O crescimento da LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano encontra-se sintonizado com o da historiografia brasileira dos anos 1990, com seu enveredamento pela cultura, contexto em que, retomando Fico, a “tendência frutifica”²⁸.

As dissertações e teses inscritas em tal linha de pesquisa compreendem um conjunto discursivo cujo traço mais visível é o da heterogeneidade temática, de objetos, agentes, perspectivas e métodos de abordagem. Evidenciam-se, nele, não apenas a recusa a abordagens tradicionais, presas a modelos fechados de compreensão, a renúncia “às definições clássicas dos objetos históricos”²⁹, mas, sobretudo, a escolha por uma leitura aberta e atenta à diferença, à multiplicidade e às especificidades históricas, bem como ao diálogo inter e multidisciplinar. O investimento feito nas construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida, na crítica do sujeito e das identidades, no “discurso pensado como prática instituinte e não como reflexo de um suporte real”³⁰, aponta para tais escolhas.

Observa-se, nesses trabalhos, o deslocamento para a História Cultural e para o diálogo multidisciplinar, principalmente, mas não exclusivamente, com a Antropologia, Literatura, Psicologia Social e Lingüística. Dimensões, objetos e agentes até então desconsiderados pela historiografia, ou considerados às margens, emergem nas dissertações e teses do período, em posição de centralidade. Cotidiano, privacidade, sensibilidade, mentalidade, sociabilidades, imaginário, mídia, corpo, sexualidade, gênero, escolaridade, religiosidade, oralidade, memória, identidades, poderes e saberes ganham visibilidade e centralidade historiográficas nos estudos da referida linha, como

dimensões da vida social, como protagonistas da história, como objetos de estudo, como possibilidades de leituras do social.

Tais mudanças têm historicidade. Elas integram e se inscrevem no movimento de ruptura, de deslocamento epistemológico operado na disciplina, envolvendo uma concepção de escrita da história em que “é a prática com o objeto que ele atribui que vem em primeiro lugar”³¹, em que a ênfase é dada à “desnaturalização dos objetos, conceitos e campos históricos”³². Territorialidades até então prontamente identificáveis são desfiguradas, e imediatamente reconfiguradas, nesse tempo de questionamentos que abala antigas e velhas certezas, que engendra críticas, tensões e mudanças. Como lucidamente avalia Chartier, trata-se do tempo da crise da inteligibilidade histórica, das dúvidas, da dispersão, em que

“todas as tradições historiográficas perderam sua unidade, todas se fragmentaram entre perspectivas diversas, às vezes contraditórias, que multiplicaram os objetos de investigação, os métodos, as ‘histórias’”³³.

TEMPO DE RECONFIGURAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Conter essa dispersão, redefinir rumos, proteger os pontos mais vulneráveis, reestabelecer demarcações nesse território com fronteiras fluidas, foram algumas das orientações postuladas por aqueles que recusavam a pluralização ocorrida na História, que lamentavam “o fato de ela ter sido estilhaçada pela proposta de se pensá-la múltipla, relativa e diferentemente”³⁴. Assim, após a “virada lingüística”, delineia-se uma mobilização no sentido de (re)demarcação de territórios, um movimento de reflexão e ação sobre o campo da história e o ofício do historiador, uma “virada histórica” para redefinir espaços, limites, natureza, finalidade e posição do saber histórico no campo dos saberes.

O retorno aos arquivos³⁵, a “progressiva escalada da testemunha” e “sobre os testemunhos”³⁶, o reexame das trocas entre memória e a representação historiográfica do passado³⁷, a problematização conceitual³⁸, o “refinamento do debate teórico, metodológico e historiográfico”³⁹, o retorno da História Política, não nos parecem ser, senão, dimensões e procedimentos dessa “virada histórica”. São redirecionamentos que caracterizam a disciplina nos dias de hoje e que nos remetem menos à imagem “à beira do penhasco”

e mais à de um rio caudaloso que após a enchente retorna ao leito original, sem deixar, porém, de devastar e, ao mesmo tempo, de fertilizar as terras que o margeiam.

Movimento e contexto de reconfiguração de um campo que presidem a terceira reestruturação do PPGHIS/UnB, realizada entre 2001 e 2003. Essa se impôs por recomendação da CAPES que explicitou a necessidade de conter a dispersão, isto é, de imprimir contornos mais precisos às linhas de pesquisa do programa e de abrigá-las em áreas de concentração, coerente e consistentemente definidas e identificadas no campo disciplinar. Além dessa exigência externa, também internamente existia a demanda por reorganização. A saída de um grupo de docentes da LP História das Relações Internacionais para outro Instituto da Universidade, bem como o interesse dos demais integrantes do programa por uma redefinição das áreas de atuação, reforçaram a decisão naquele sentido. Foram, então, criadas 04 (quatro) áreas de concentração: História Cultural; História Social; Estudos Feministas e de Gênero; História e Historiografia das Idéias. Trata-se de quantitativo que aponta menos para o rigor e clareza quanto aos objetos, métodos e epistemologia de cada área de atuação do que para as dificuldades em demarcar territórios cujas fronteiras são instáveis e dinâmicas. Significativamente, a última área

Programa de Pós-Graduação em História (UnB) à AC História Cultural, em 2004. O quantitativo de produção acadêmica das quatro áreas, no período de 2004-2006, encontra-se representado no quadro 04:

| Ano | História Social | | História Cultural | | Estudos Feministas e de Gênero | | História e Historiografia das Idéias | |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------|-------------------|-----------|--------------------------------|-----------|--------------------------------------|-----------|
| | M | D | M | D | M | D | M | D |
| 2004 | 01 | - | 01 | - | 01 | - | - | - |
| 2005 | 06 | 01 | 08 | 04 | 03 | 03 | 02 | 01 |
| 2006 | 13 | 01 | 12 | 06 | 03 | 03 | 02 | 01 |
| Total por área/Titulação | 20 | 02 | 21 | 10 | 07 | 06 | 04 | 02 |
| Subtotal | 22 | | 31 | | 13 | | 06 | |
| Total geral | 52 dissertações e 20 teses | | | | | | | |

Fonte: As dissertações e teses do PPGHIS/UnB no período de 2004 a 2006⁴⁰.

Tal como observado na historiografia brasileira, também na produção do PPGHIS/UnB ocorre o predomínio da História Cultural ou, como muitos preferem, da Nova História Cultural. São visíveis a ampliação e confluência de estudos para esse campo, expressas no conjunto numérico de suas dissertações e teses. Os trabalhos inscritos nessa área, originada do desmembramento das linhas de pesquisa História Social e das Idéias e História: Discurso, Imaginário e Cotidiano, apresentam, em seus desenhos, traços múltiplos de uma cultura historiográfica produzida sob e além da lógica disciplinar. Compreendem um conjunto discursivo multifacetado, um tecido matizado cujo ponto central de sua urdidura origina-se na cultura e nela se esteia, apesar e por conta do uso de diversos fios, tramas e cores.

Não obstante o traço homogeneizado imprimido pelos trabalhos centrados nas “identidades enquanto expressões culturais historicamente construídas”⁴¹, na ênfase no texto e na linguagem, a diversidade também dá o tom. Ela se revela, de modo mais ou menos explícito, nos estudos que priorizam uma abordagem social da cultura, que investem em uma dimensão e outra, possibilitando, no diálogo e nos distanciamentos estabelecidos, que os limites se desloquem, que as territorialidades se diluam. Também naqueles que enfatizam as idéias, o pensamento ou a ação política, o quadro nocional que informa a AC História Cultural acomoda a política, considerada em sua acepção clássica ou na esteira do alargamento das fronteiras convencionais do campo.

Evidenciam-se, na produção da área, não apenas continuidades, mas também descontinuidades entre a nova História Social e a nova História Cultural. Os deslocamentos operados nesse campo quanto ao alvo da pesquisa – famílias, cidades, bairros, feiras, festas, centros de lazer, redes de amizade, sociabilidades e sensibilidades –, ao objeto de estudo – literatura, música, cinema, oralidade, mídia, cultura –, à ênfase nos modos de representação e na construção cultural/discursiva das identidades, expressam a ruptura com aquela e a virada lingüística. Expressam, ainda, a influência da “nova” História Social, de quem aquela foi tributária, ou como base para se criticar e repensar conceitos, como identidade, experiência, poder, resistência e subjetividade, ou como reorientação quanto “à necessidade de estudar grupos antigamente considerados marginais” e de “entender a formação da consciência através da esfera cultural”⁴², ou como ambas.

O mesmo ocorre com a produção da História Social, também originada do desmembramento daquelas referidas linhas de pesquisa. Predominam, nessa área, estudos prontamente identificados com os objetos, problemas e abordagens da “nova” História Social, seja pela vertente da historiografia social anglo-saxônica, seja pela dos Annales, com a inclusão de alguns trabalhos centrados na abordagem cultural do social. Embora exista um pequeno número de pesquisas inscritas na história demográfica e quantitativa, na “velha” História Social, predominam aquelas comprometidas com o projeto de “uma compreensão mais abrangente do social, extraída a partir das práticas do cotidiano em sua especificidade histórica, e não como uma estrutura fixa que ‘modelize’ o real”⁴³.

Observa-se o predomínio das análises centradas na historicização das experiências históricas, via reconstituição das redes de relações, formais e informais, das práticas políticas e institucionais, da vida social, das vivências cotidianas, dos movimentos sociais, políticos e religiosos, dos comportamentos e das identidades sociais e individuais, dos agentes sociais. Investem, portanto, na experiência, na recuperação da categoria classe social, nas identidades percebidas além de uma “consciência” ou “cultura” de classe, na atuação dos grupos oprimidos aos processos de assimilação e repressão; enfim, em dimensões, objetos e conceitos caros à nova História Social.

A compreensão mais abrangente do social, aberta às possibilidades de reconstituição da riqueza, em nuances, das redes de relações sociais e individuais, bem como de apreensão do caráter simbólico de suas práticas e representações, implicou o enveredamento pelo campo da cultura e a aproximação com a Antropologia. Tal reorientação, vista por alguns como descaracterização da área, como desfiguração de uma especialidade, como diluição com a História Cultural, emerge em algumas teses e dissertações da AC História Social. São trabalhos em que é perceptível a abordagem cultural do social para tratar de temas/objetos como raça, etnia, subjetividade, mulheres, identidades, cotidiano, privacidade, religiosidade, governabilidade, modernidade e cidadania.

Embora com presença quantitativamente pouco expressiva, a política encontra-se contemplada em alguns trabalhos da referida área. Inserida na dinâmica social, considerada no âmbito formal e/ou informal, como pensamento e ação, sua inclusão se dá e, ao mesmo tempo, produz o movimento de desestabilização de territorialidades ocorrido no campo das ciências humanas e da História.

Estudos Feministas e de Gênero é a área de concentração que se distingue pela homogeneidade não apenas temática, mas, principalmente, teórica e metodológica. As dissertações e teses da área encontram-se informadas pelo aporte teórico produzido pelos feminismos contemporâneos em sua crítica e exposição ao que está oculto ou invisível, porque naturalizado, e que interpela diretamente a história: os processos sexuais em ação na estruturação do social e do conhecimento⁴⁴. Evidencia-se, assim, nessa produção, a preocupação não apenas em conferir visibilidade historiográfica à presença das mulheres na história, mas, sobretudo, em denunciar e expor os termos e procedimentos dessa exclusão no discurso historiográfico.⁴⁵

Direta ou indiretamente, o pensamento desconcertante de Foucault – um dos dez autores mais citados nas dissertações e teses, ao lado de Caio Prado Júnior, Jacques Le Goff, Sérgio Buarque de Holanda, Eric Hobsbawm, Paul Veyne, Chartier, George Duby, Pierre Renouvin e Nobeit Elias⁴⁶ – ressoa na produção de algumas áreas do programa, com predomínio na AC Estudos Feministas e de Gênero. Os estudos dessa área foram elaborados à luz do pensamento da diferença, particularmente da proposta emancipatória e libertária do filósofo, em sua crítica à “história dos historiadores”, esta “espécie de grande vasta continuidade em que se emaranham a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas ou sociais”.⁴⁷ Daí a prioridade dada naqueles trabalhos aos questionamentos sobre os silêncios historiograficamente produzidos, sobre exclusões operantes nas práticas discursivas, sobre o exercício do poder que preside a lógica do sujeito universal e das identidades sociais.

Ao projetar luz sobre campos até então ignorados pela historiografia e criar expressões capazes de traduzi-los e pensá-los, Foucault inspirou o movimento de crítica interna da disciplina História como também de construção de uma epistemologia feminista. Afinal, o desafio de incluir as mulheres na História, de lhes conferir visibilidade historiográfica, não poderia ser feito sob os pressupostos teóricos e metodológicos de um saber disciplinar que as excluía. Na busca por categorias próprias para falar da mulher e do feminino o encontro com o filósofo foi extremamente enriquecedor.

Os deslocamentos operados a partir desse encontro revelam-se na produção acadêmica da referida área: ampliação temática – dos estudos sobre os excluídos, os “infames”, para estudos sobre as mulheres e destes para gênero, sexualidade, corpo, subjetividade e sensibilidade –; mudança do foco da análise dos fatos e eventos para a análise do discurso, para as bases

epistemológicas das formas do discurso que os conceberam como tais; dos objetos previamente dados para as práticas discursivas que assim os constituem. Como comenta Rago:

“os objetos históricos assim como os sujeitos emergem aqui como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como ponto de partida para a explicação da prática social. A determinação avançava sobre as possibilidades de ação e afastava-se assim, de uma concepção humanista e antropológica dinamizada pela busca da Revolução”.⁴⁸

Evidencia-se, enfim, na produção da área uma prática de pesquisa e escrita da história não mais pensada como sinônimo do passado e nem mesmo como projeto de “resgatar”, “recuperar”, “reconstituir” um passado aleatório, que está lá, pronto para ser “desvendado” pelo olhar arguto e sensível do/a historiador/a. Mas, pelo contrário, uma história pensada antes como possibilidade do que como exatidão, daí descartar, aos do ofício, a inviável tarefa de fechar círculos, resgatar intenções ou preencher lacunas. Como reflete Tânia Navarro Swain, “os círculos não existem, as intenções são fantasias e as lacunas devem ser mostradas porque são constitutivas dos discursos”⁴⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço em historicizar a experiência de pensar e escrever história no PPGHIS/UnB revelou-nos a configuração de uma cultura historiográfica cujo desenho singular não exclui a dimensão coletiva que o termo, em sua concepção teórica e prática, aciona. Trata-se de historiografia impossível de ser caracterizada por uma única postura interpretativa, por um modelo único de compreensão. Ao contrário, a diversidade de temas, métodos, abordagens e objetos constitui, paradoxalmente, o traço que a conforma e a identifica e também o que a distingue. Para insatisfação de uns e satisfação de outros, trata-se de desenho associado à imagem de um caleidoscópio e não de um “viveiro de plantas”, da história pensada e praticada como um campo de múltiplas possibilidades e não como um campo destruído, pulverizado, reduzido a migalhas. Uma história que nos reconforta e nos aproxima como possibilidade, ao invés de representar um fardo a pesar sobre nós, impondo

ao futuro um sentido já inscrito no passado. Uma história que, como projeta Manoel Salgado Guimarães,

“continuará sendo uma referência, mas agora para pensarmos com liberdade o futuro que queremos, um futuro que, como o passado, não resultou de uma natureza da História, mas das escolhas dos homens (e das mulheres) na História. Que o diálogo com a História e da História com outras disciplinas possa ser estimulante para pensarmos o que desejamos para condição humana, sobretudo quando o futuro parece guardar tantas interrogações a este respeito.”⁵⁰

NOTAS

¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Usos da história*: refletindo sobre identidade e sentido. In: *História em Revista*. Pelotas: UFP, 2000, p. 21.

² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico e D’ALESSIO, Nancy. Produção acadêmica da Pós-graduação em História da PUC/SP. *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993, p. 39-40.

³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Letras, 2006, p. 204.

⁴ GOMES, Ângela Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuição para pensar a nossa história. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000, p. 20-21.

⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Op. cit.*, p. 194.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 194.

⁷ KOSELLECK, R.. *Le futur passé*. Contribution à la semantique des temps historiques. Paris: EHESS, 1990, p. 174.

⁸ WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Revista Estudos Históricos: teoria e história*. Rio de Janeiro: FGV, n. 10, 1992, p. 155.

⁹ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre história e historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 23.

¹⁰ Cada grupo de três alunos dessa turma de Historiografia do Brasil incumbiu-se da leitura do conjunto de dissertações e teses de cada triênio, no período de 1976-2006. Os dados foram coletados conforme um roteiro/ficha modelo formulado pela turma. O

banco de dados produzido foi disponibilizado para todos, tendo sido utilizado como fonte para elaboração de monografia de final de curso de graduação pelo aluno Eric de Sales. Atualmente, como mestrando do PPGHIS, ele desenvolve, sob nossa orientação, projeto de pesquisa sobre o tema, aprofundando as reflexões sobre a produção historiográfica do programa.

¹¹ KOSELLECK, R. *Op. cit.*, p. 172.

¹² SALES, Eric de. *Trinta anos de história: a produção acadêmica do PPGHIS/UnB (1976-2006)*. Monografia de conclusão de graduação em História. Brasília: UnB/Hist., 2006, p. 40.

¹³ SARAIVA, José Flávio Sombra. *História da UnB: Vinte anos de Pós-graduação*. 1976 – 1996. Brasília: UnB/PPGHIS, 1996, p. 9.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.*, p. 1

¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem histórias: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

¹⁷ SALES, Eric de. *Op. cit.*, p. 42.

¹⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra. *Op. cit.*, p. 13.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.13.

²⁰ FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos de 1990. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros (orgs.). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 27-28.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 28.

²² SARAIVA, Flávio José Sombra. *Op. cit.*, p. 14.

²³ Idem, *ibidem*, p. 15.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 14.

²⁵ SALES, Eric de. *Op. cit.*, p. 44

²⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*, p. 58.

²⁷ FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 32.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 33.

²⁹ CHARTIER, Roger. Uma crise na história? A história entre narração e conhecimento.

In: PESAVENTO, Sandra J. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade: UFRGS, 2001, p. 116.

³⁰ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia (org). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 88.

³¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. Brasil: Editora da UnB, 1998, p. 162.

³² RAGO, Margareth. *Op. cit.*, p. 87.

³³ CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 116.

³⁴ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamento. In: STEVENS, Cristina M. T.; NAVARRO-SWAIN, Tania (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008, p. 123.

³⁵ CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 123.

³⁶ HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 12-13.

³⁷ CATROGA, Fernando. Memória e história. In PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.* p. 53.

³⁸ KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos: teoria e história*. v. 5, n.10. Rio de Janeiro: FGV, n. 10, 1992, p. 134-146.

³⁹ FICO, Carlos, *Op. cit.*, p. 38.

⁴⁰ SALES, Eric de. *Op. cit.*, p. 46.

⁴¹ Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em História. *Folder da seleção para o mestrado e doutorado em história, 2002/2003*. Brasília: UnB/PPGHIS, 2002.

⁴² WEINSTEIN, Bárbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social a Nova História Cultural. *Revista Brasileira de História: Dossiê Arte e linguagens*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações. Vol. 18, nº 35, 1998, p. 23.

⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Essa história que chamam micro. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros (orgs.). *Op. cit.*, p. 211.

⁴⁴ DESCARRIES, Francine. Teorias iluministas: liberação e solidariedade no plural. In: NAVARRO-SWAIN, Tania (org.). *Revista Textos de História: Dossiê Feminismos: teorias e perspectivas*. Brasília: UnB/PPGHIS, v. 8, n.1/2, 2000, p. 10.

⁴⁵ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Op. cit.*, p. 121.

⁴⁶ SALES, Eric de. *Op. cit.*, p. 49.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 27.

⁴⁸ RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. In: *Revista Tempo Social*. São Paulo: USP, v. 7, n. 1/2, 1995, p. 69-70.

⁴⁹ NAVARRO-SWAIN, Tânia. Os limites discursivos da história. In: *Revista Labrys - Estudos Feministas*. Brasília: UnB, IH/HIS, n. 9, jan/jul 2006. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm>. Acessado em 06 de outubro de 2008.

⁵⁰ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Op. cit.*, p. 36.

RESUMO: Uma reflexão sobre a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília constitui o tema do presente artigo. O esforço de historicização do programa implicou a identificação e o exame crítico das dissertações e teses ali produzidas, com o acesso às regras e modelos que informam as práticas de pesquisa e de escrita de história naquele espaço, no período de 1976 a 2006. Trata-se de conjunto discursivo heterogêneo, ancorado num tempo social e cultural e elaborado à luz das regras definidas pelo conjunto das instituições e dos profissionais da área. Na análise realizada, o entendimento da historiografia como área específica de conhecimento e pesquisa e da produção acadêmica como inscrita na cultura historiográfica brasileira, solidária às suas regras e modelos e, ao mesmo tempo, criadora de seus próprios padrões temáticos e discursivos. Refletir sobre a cultura historiográfica do PPGHIS/UnB permitiu-nos repensar sua historicidade e, nesse movimento, a historicidade da disciplina História e de nosso próprio ofício.

ABSTRACT: The article presents an analysis of Programa de Pós-Graduação em História of Universidade de Brasília production. The effort to develop an historical approach to this academic Program implied the identification and a critical exam of dissertations and thesis, dealing with rules and models that inform researching and writing practices of History within that Institution from 1976 to 2006. Being anchored to social and cultural terms and meanings, and elaborated under institutional and professional norms due to the field, results constitute heterogeneous collection. By the course of the analysis, it has been understood historiography as an specific area of knowledge and research, and academic production as inscribed inside brazilian historiographic culture, not only tied up to its rules and models but also able to create proper subjects, themes and patterns of discourse. To think about historiographic culture in PPGHIS/UnB enable us to rethink its history as well as about discipline's and profession's historicity.